

Folha Informativa SRADR 2023-12-12

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma Data **Emissor** Sumário Decisão de Execução 2023.12.12 Comissão Europeia Altera o anexo da Decisão de Execução (UE) 2023/2447 rela-(UE) 2023/2778 tiva a medidas de emergência contra focos de gripe aviária de alta patogenicidade em determinados Estados-Membro.

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias



Ilhas Terceira, Graciosa, Faial e São Miguel com investimentos em obras de ordenamento agrário

A IROA, SA - Instituto Regional de Ordenamento Agrário, lançou cinco concursos públicos, no valor total de 362 mil euros, relativos a obras de ordenamento agrário nas ilhas Graciosa, Terceira, Faial e São Miguel.

Estes concursos públicos serão cofinanciados pelo FEADER, através do Prorural+, do quadro comunitário 2020, que está na sua fase final, e consistem em investimentos no abastecimento de água, eletrificação e caminhos agrícolas.

Na ilha Graciosa, o investimento refere-se à beneficiação e pavimentação do Caminho agrícola dos Picheleiros, numa extensão de cerca de 500 metros em betão.

Em São Miguel, o investimento será na segurança do caminho agrícola dos Camalhões na Ribeira Grande com a construção de um muro de suporte e drenagem.

Na ilha do Faial, o investimento será no abastecimento de água agrícola no prolongamento do Cangueiro ao Caminho do Castelo Branco com a execução de 1550 metros de conduta e ramais.

Finalmente, na ilha Terceira, serão realizados investimentos na eletrificação de três explorações agrícolas, numa extensão de rede de baixa tensão de 1200 metros e um investimento no abastecimento de água na Canada da Servidão da freguesia da Agualva com a execução de 950 metros de conduta e ramais.

Todos esses investimentos estão programados para estarem concluídos no primeiro semestre de 2024 e são apenas os primeiros de mais 12 concursos públicos em investimentos no valor de cerca de quatro milhões de euros em empreitadas a realizar em São Miguel, São Jorge, Flores, Terceira e Graciosa, projetos já candidatados ao PRORURAL + que está a finalizar e que demonstra uma eficaz utilização dos fundos do quadro comunitário 2020.

Fonte - Ilhas Terceira, Graciosa, Faial e São Miguel com investimentos em obras de ordenamento agrário - Comunicação -Portal (azores.gov.pt)

Comunicado do Conselho do Governo

O Conselho do Governo, reunido no dia 7 de dezembro de 2023, em Ponta Delgada, adotou as seguintes medidas:

No âmbito da implementação das políticas do XIII Governo destinadas ao setor agrícola:



Folha Informativa SRADR

2023-12-12

15. Aprovar a Resolução que autoriza a abertura de um procedimento de contratação pública, destinado à venda, que inclui o corte, de madeira, predominantemente da espécie Criptoméria japónica, e à adjudicação da prestação de serviços para execução, imediata e concomitante, da reflorestação das áreas cortadas e subsequente manutenção, num total de 145,06 hectares, inseridas no Perímetro Florestal ou nas Matas Regionais da Ilha de São Miguel.

A exploração florestal a realizar não consubstancia nenhum projeto de desmatação e abate de floresta para conversão num outro tipo de uso do solo, nem nenhum projeto destinado à realização de primeiros povoamentos florestais em substituição de vegetação natural ou seminatural, à florestação ou reflorestação, com introdução de espécies florestais de rápido crescimento em áreas isoladas ou contínuas; ou à desflorestação para qualquer fim;

Algumas das unidades de gestão florestal alvo de intervenção são constituídas por terrenos baldios que integram o Perímetro Florestal da ilha de São Miguel.

Os impactes ambientais são de duração limitada, reversíveis e não constituem um obstáculo à exploração florestal nas áreas previstas.

16. Aprovar a Resolução que autoriza o Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural a conceder um apoio financeiro ao Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, INOVA, com o limite máximo de €50.000,00.

A realização de atividades de disseminação de informação técnica, económica e ambiental, garantindo o acesso dos destinatários a informação atualizada e inovadora e promovendo a respetiva utilização, constitui-se como elemento essencial à prossecução dos objetivos da Política Agrícola Comum (PAC) e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O INOVA, Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, tem por objetivo a modernização da indústria e dos serviços da Região Autónoma dos Açores, desenvolvendo novos produtos e processos e introduzindo novas tecnologias, promovendo o exercício das atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, orientadas para a prestação de serviços no campo da inovação, bem como o fomento de tecnologias modernas, colaborando, neste âmbito, com organismos, empresas e instituições públicas ou privadas.

17. Aprovar a Resolução que autoriza o reforço do limite orçamental previsto para a concessão de apoios financeiros nos domínios da agricultura, pecuária, desenvolvimento rural e gestão e valorização dos recursos florestais e cinegéticos.

Reveste-se de crucial importância, para o sector agrícola da Região, dar continuidade às medidas de apoio às organizações de produtores, cuja atividade é decisiva para o desenvolvimento do mesmo.

A concessão de apoios é precedida de uma quantificação da despesa, devendo ser autorizada por Resolução do Conselho do Governo e formalizada mediante contrato-programa.

Face à relevância e ao elevado número de candidaturas apresentadas, revelou-se ser insuficiente o montante estabelecido na Resolução n.º 156/2023, de 27 de setembro, para dar cumprimento aos objetivos previstos.

18. Aprovar o decreto regulamentar regional que regulamenta as «Sessões de acompanhamento ou orientação (Coaching)», previstas no tema de abrangência multissetorial «Gestão sustentável das explorações agrícolas», do «Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis», no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Com a aprovação deste diploma o Governo dos Açores está a dar cumprimento ao investimento do PRR-Açores denominado «Relançamento Económico da Agricultura Açoriana», que pretende contribuir para a resiliência e o crescimento sustentável do potencial produtivo regional, atenuar o impacto económico e social da crise no setor agrícola e agroalimentar dos Açores e contribuir para a dupla transição climática e digital nesse setor, e surge na sequência da aprovação e execução do «Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis».

(...)

Fonte - Notas de Imprensa - Comunicação - Portal (azores.gov.pt)



Folha Informativa SRADR 2023-12-12



República Portuguesa

Notícias



COP 28: Assinada declaração sobre Agricultura Sustentável com Portugal entre os 134 signatários

No decorrer da COP28, que se realizou nos Emirados Árabes Unidos, um total de 134 países assinaram a Declaração dos Emirados sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática. A declaração estabelece relação entre as alterações e os alimentos que consumimos. O foco é melhorar a segurança alimentar, reduzir a vulnerabilidade dos agricultores perante eventos extremos e, simultaneamente, proteger a biodiversidade e a água.

A declaração defende cinco objetivos: escalar as atividades e respostas de resiliência e adaptação de forma a reduzir a vulnerabilidade dos agricultores; promover a segurança alimentar e nutrição ao aumentar os esforços de apoio das populações vulneráveis; apoiar os trabalhadores agrícolas e nos sistemas alimentares cujos rendimentos estão ameaçados pelas alterações climáticas; fortalecer a gestão integrada da água e maximizar os benefícios climáticos e ambientais associados à agricul-

Leia a declaração na integra: COP28 UAE DECLARATION ON SUSTAINABLE AGRICULTURE, RESILIENT FOOD SYSTEMS, AND **CLIMATE ACTION**

Fonte - Rede Rural Nacional - COP 28: Assinada declaração sobre Agricultura Sustentável com Portugal entre os 134 signatá-

Eventos



Ação de formação sobre a Plataforma AKIS Portugal – Inscrições abertas – 19 de dezembro

Com o objetivo de capacitar os interessados na utilização da nova Plataforma AKIS Portugal, realiza-se no próximo dia 19 de dezembro, das 10h00 às 12h00, uma formação online sobre esta ferramenta, cuja utilização é gratuita e universal. A plataforma AKIS Portugal está ao dispor dos agricultores e das entidades do setor e visa promover a transferência de conhecimentos agrícola e florestal, em prol da inovação, digitalização na agricultura e modernização das zonas rurais.

A ação de formação é organizada Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), em cooperação com a NOVA Information Management School - NOVA IMS, e dirige-se a todos os agentes do setor, desde agricultores, a consultores, investigadores, bem como associações, empresas, entidades de ensino e investigação, entidades públicas e privadas, e a todos os interessados.

A formação é realizada na modalidade e-learning em formato webinar, através do MS Teams, com uma duração de 2 horas. Os interessados deverão inscrever-se atempadamente, até ao final do dia 17 de dezembro, através deste formulário. O link de acesso ao webinar será enviado no dia 18 de dezembro a todos os inscritos na ação.

Fonte - Rede Rural Nacional - Ação de formação sobre a Plataforma AKIS Portugal - Inscrições abertas



Folha Informativa SRADR 2023-12-12



União Europeia



Notícias do Conselho



Conselho "Agricultura e Pescas", 10-11 de dezembro de 2023

PRINCIPAIS RESULTADOS

Agricultura

Novas técnicas genómicas

O Conselho tomou nota dos bons progressos realizados durante a Presidência espanhola sobre a proposta de regulamento relativo aos vegetais obtidos por meio de novas técnicas genómicas e aos respetivos géneros alimentícios e alimentos para animais.

O regulamento proposto visa permitir que o sector agroalimentar da UE contribua para os objetivos de inovação e sustentabilidade do Pacto Ecológico Europeu e das estratégias "do prado ao prato" e de biodiversidade, reforçando simultaneamente a competitividade do sector. Além disso, as regras propostas asseguram um elevado nível de proteção da saúde humana, animal e ambiental.

- Novas técnicas genómicas (texto de compromisso da Presidência)
- Proposta da Comissão sobre novas técnicas genómicas

Planos estratégicos da PAC - balanço

À medida que se aproxima o final do primeiro ano de aplicação da nova política agrícola comum (PAC), os ministros fizeram o balanço dos planos estratégicos da PAC.

Os planos estratégicos da PAC constituem o principal instrumento para concretizar os objetivos da PAC entre 2023 e 2027. Foram elaborados pelos Estados-Membros e aprovados pela Comissão.

Os planos apoiam a agricultura e as zonas rurais com um total de 307 mil milhões de euros de despesas públicas através do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (incluindo o cofinanciamento nacional).

Além disso, os planos estratégicos contribuem para os compromissos ambientais e climáticos da UE e desempenham um papel importante na consecução dos objetivos das estratégias "Do prado ao prato" e de biodiversidade.

Os Ministros trocaram pontos de vista sobre os planos estratégicos e debateram os desafios relativos à sua implementação. Em especial, salientaram a necessidade de estabilidade e previsibilidade para os agricultores, sublinhando a importância da simplificação e da facilitação do processo de alteração dos planos estratégicos.

- Balanço do primeiro ano de execução dos planos estratégicos da PAC (informação da Presidência)
- Resumo dos planos estratégicos da PAC para 2023-2027: esforço conjunto e ambição coletiva (relatório da Comis-0
- Política agrícola comum 2023-2027 (informações gerais)

Situação do mercado

Com base nas informações prestadas pela Comissão e pelos Estados³Membros, o Conselho procedeu a um debate político centrado nos principais fatores que afetam a rentabilidade da agricultura na UE e o rendimento dos agricultores europeus. Os Ministros realizaram o debate tendo em conta os atuais desenvolvimentos geopolíticos, incluindo a atual guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a situação no Médio Oriente.

Em resultado disso, o Conselho forneceu orientações políticas sobre a forma de abordar os desafios que o sector agrícola da UE enfrenta atualmente de forma atempada e eficaz através da PAC.

Situação do mercado, nomeadamente na sequência da invasão da Ucrânia (informações da Comissão e dos Estados-Membros)



Folha Informativa SRADR 2023-12-12



Notícias do Conselho

Utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos

A Presidência apresentou um relatório intercalar centrado nos trabalhos realizados no Conselho sobre a proposta em epígrafe.

A proposta da Comissão, adotada em 22 de junho de 2022, faz parte de um pacote de medidas destinadas a reduzir a pegada ambiental dos sistemas alimentares da UE.

As principais medidas propostas incluem: metas juridicamente vinculativas a nível da UE para reduzir em 50% a utilização e o risco dos pesticidas químicos, bem como a utilização de pesticidas mais perigosos até 2030, novas medidas de controlo de pragas respeitadoras do ambiente e a proibição de pesticidas em zonas sensíveis.

Durante a Presidência Espanhola, os trabalhos técnicos sobre a proposta tiveram lugar a nível dos grupos de trabalho.

A Presidência apresentou ao Conselho uma panorâmica desses trabalhos, centrando³se nos progressos realizados em vários aspetos, incluindo as "zonas sensíveis", as metas de redução obrigatórias a nível da UE e as medidas nacionais, bem como os

- Regulamento relativo à utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (relatório intercalar)
- Regulamento relativo à utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos (proposta da Comissão)
- Regulamento relativo à utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos estudo complementar à avaliação de impacto (informação da Comissão)

Material de reprodução vegetal e florestal

A Presidência apresentou ao Conselho relatórios intercalares sobre os trabalhos realizados no âmbito das propostas relativas aos materiais de reprodução vegetais e florestais, que foram apresentadas pela Comissão em 5 de julho de 2023.

Alguma da legislação em vigor no domínio dos materiais de reprodução vegetal (MPV) e dos materiais de reprodução florestal (MPF) remonta à década de 1960. As propostas da Comissão visam atualizá-la, a fim de assegurar condições de concorrência equitativas para os operadores em toda a UE e apoiar a inovação, a evolução tecnológica e a competitividade, contribuindo simultaneamente para enfrentar os desafios relacionados com a sustentabilidade, a biodiversidade e o clima. As duas propostas estão em consonância com as estratégias "do prado ao prato" e de biodiversidade.

O Conselho congratulou-se com os trabalhos efetuados a nível técnico durante a Presidência Espanhola.

Os ministros concordaram com o objetivo de proporcionar aos agricultores europeus espécies vegetais e florestais mais diversificadas e robustas, resistentes a pragas e a fenómenos meteorológicos extremos.

Além disso, o Conselho reconheceu o contributo positivo que as propostas podem dar para a transição para sistemas alimentares sustentáveis e para a criação de florestas mais resilientes.

Os Ministros salientaram também que era necessário evitar a criação de encargos administrativos e financeiros excessivos e solicitaram que as novas disposições tivessem devidamente em conta as especificidades nacionais.

- Regulamento relativo ao material de reprodução vegetal (relatório intercalar)
- Material de reprodução vegetal (proposta da Comissão) 0
- Regulamento relativo aos materiais florestais de reprodução (relatório intercalar)
- Materiais florestais de reprodução (proposta da Comissão)

Outros assuntos

Foram igualmente inscritos na ordem do dia vários pontos "Diversos". Os Ministros receberam informações:

- da Presidência sobre o ponto da situação da revisão das diretivas relativas ao pequeno-almoço;
- da Comissão sobre o pacote relativo ao bem-estar dos animais;
- da Delegação Eslovaca sobre o futuro da alimentação e da agricultura (convergência externa);
- da Delegação Romena sobre uma derrogação às normas 7 e 8 relativas às boas condições agrícolas e ambientais (BCAA) em 2024;
- da delegação polaca, sobre a preparação da agricultura europeia para a adesão da Ucrânia à EU; 0
- das Delegações Neerlandesa e Francesa, sobre a iniciativa relativa à Grande Bacia do Mar do Norte;
- da Delegação Neerlandesa, sobre o trabalho forçado nos navios de pesca chineses;



Folha Informativa SRADR 2023-12-12



Notícias do Conselho

- da Delegação Portuguesa, sobre o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e o apoio (compensação em caso de acontecimentos excecionais).
 - Revisão das diretivas relativas ao pequeno-almoço produtos agrícolas ponto da situação (informação da Presidência)
 - Pacote relativo ao bem-estar dos animais (apresentação pela Comissão)
 - O futuro da alimentação e da agricultura convergência externa (informação da delegação eslovaca)
 - Derrogação das BCAA7 e BCAA8 em 2024 (informações da Delegação Romena)
 - Preparar a agricultura europeia para a adesão da Ucrânia à UE (informação da Delegação Polaca)
 - <u>Iniciativa relativa à Grande Bacia do Mar do Norte (informações da Delegação Neerlandesa)</u>
 - Trabalho forçado nos navios de pesca chineses, na aquicultura e na indústria de transformação de peixe (informações da Delegação Neerlandesa)
 - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e apoio (informações da Delegação Portuguesa)

Fonte - Agriculture and Fisheries Council - Consilium (europa.eu)